

Jauru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

1. Mensagem da administração

A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2021-2022 foi de R\$ 75.731 mil, um incremento de 8,06%, quando comparada com a RAP para o ciclo 2020-2021 foi de R\$ 70.084 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2021 e 2020 foi de 100%.

(c) Pagamento de dividendos

Em 2021 foram pagos R\$ 5.046 mil de dividendos, sendo R\$ 3.364 mil para a Celeo Redes Expansões S.A e R\$ 1.682 mil para a Celeo Redes do Brasil, constituídos em períodos anteriores.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, funciona de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros as atribuições e os poderes conferidos por lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
Jauru Transmissora de Energia S.A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jauru Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;

ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e

iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	179	1.148
Títulos e valores mobiliários	9	25.898	11.721
Concessionárias e permissionárias	10	7.483	7.201
Ativo de contrato	11	86.124	82.582
Impostos e contribuições a recuperar	12	3.218	3.065
Outros ativos		4.843	11.854
Total do ativo circulante		127.745	117.571
Títulos e valores mobiliários	9	12.554	13.024
Ativo de contrato	11	518.126	542.273
Total do realizável a longo prazo		530.680	555.297
Imobilizado e Intangível		3.711	3.801
Total do imobilizado + intangível		3.711	3.801
Total do ativo não circulante		534.391	559.098
Total do ativo		662.136	676.669
Fornecedores		1.127	1.565
Financiamento	13	18.835	18.866
Debêntures	14	6.343	3.385
Salários e encargos a pagar		1.534	1.360
Impostos e contribuições a recolher		1.333	1.502
Pis e Cofins diferidos	15	7.546	7.236
Dividendos a pagar		2.234	5.046
Encargos setoriais		3.687	3.355
Outros passivos		835	7.058
Total do passivo circulante		43.474	49.373
Financiamento	13	56.838	75.433
Debêntures	14	70.457	69.097
Pis e Cofins diferidos	15	46.246	48.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	75.579	72.583
Outros passivos		458	458
Total do passivo não circulante		249.578	266.232
Total dos passivos		293.052	315.605
Capital social	18 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	18 (b)	102.204	94.185
Total do patrimônio líquido		369.084	361.065
Total do passivo e patrimônio líquido		662.136	676.670

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	51.575	52.905
Pessoal		(5.586)	(5.160)
Material		(507)	(836)
Serviços de terceiros	20 (a)	(7.194)	(3.882)
Outros		(894)	(1.151)
Custos operacionais		(14.181)	(11.029)
Lucro bruto		37.394	41.876
Pessoal		(261)	(329)
Serviços de terceiros	20 (b)	(1.401)	(1.299)
Outros		(1.462)	(2.815)
Despesas operacionais		(3.124)	(4.443)
Resultado antes das despesas financeiras		34.270	37.433
Receitas financeiras		1.545	583
Despesas financeiras		(22.268)	(18.002)
Despesas financeiras líquidas	21	(20.723)	(17.419)
Resultado antes dos impostos		13.547	20.014
Imposto de renda e contribuição social correntes		(298)	(506)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.996)	(5.430)
Imposto de renda e contribuição social	22	(3.294)	(5.936)
Lucro líquido do exercício		10.253	14.078

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	10.253	14.078
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	10.253	14.078

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção lucros	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		266.880	3.052	-	43.464	46.245	-	359.641
Aprovação de pagamento de dividendos		-	-	-	(9.657)	-	-	(9.657)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.078	14.078
Reserva Legal	18 (b)	-	704	-	-	-	(704)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	1.387	-	-	(1.387)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(2.997)	(2.997)
Reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	8.990	-	(8.990)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		266.880	3.755	1.387	42.796	46.245	-	361.065
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.253	10.253
Reserva Legal	18 (b)	-	513	-	-	-	(513)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	804	-	-	(804)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(2.234)	(2.234)
Reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	6.702	-	(6.702)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		266.880	4.268	2.191	49.498	46.245	-	369.084

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.253	14.078
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.996	5.430
- Pis e Cofins diferidos		(2.104)	(1.589)
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento		19.688	15.958
- Ativo de contrato - remuneração	11	(61.977)	(63.748)
		(31.144)	(29.871)
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(14.177)	(9.792)
- Concessionárias e permissionárias		(282)	40
- Ativo de contrato	11	82.582	79.206
- Impostos e contribuições a recuperar		(153)	715
- Outros ativos		7.011	(1.647)
- Fornecedores		(438)	459
- Salários a pagar		174	173
- Impostos e contribuições a recolher		680	366
- Encargos setoriais		331	516
- Outros passivos		(6.223)	1.207
Caixa gerado pelas atividades operacionais		38.361	41.372
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(849)	(38)
Debêntures - pagamento de juros	14	(5.980)	(5.624)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(6.030)	(7.470)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		25.502	28.240
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		470	(237)
Imobilizado e intangível		90	170
Caixa gerado (utilizado) das atividades de investimento		560	(67)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	18 (c)	(5.046)	(10.242)
Debêntures - pagamento de principal	14	(3.389)	(1.545)
Financiamentos - pagamento de principal	13	(18.596)	(18.656)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(27.031)	(30.443)
(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(969)	(2.270)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.148	3.418
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	179	1.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	14
2.	Base de preparação	14
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	15
4.	Uso de estimativas e julgamentos	15
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	15
6.	Principais políticas contábeis	15
7.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	24
Ativos		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	24
9.	Títulos e valores mobiliários	25
10.	Concessionárias e permissionárias	26
11.	Ativo de contrato	26
12.	Impostos e contribuições a recuperar	26
Passivos e Patrimônio Líquido		
13.	Financiamento	26
14.	Debêntures	29
15.	PIS e COFINS diferidos	31
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	31
17.	Provisões e passivos contingentes	31
18.	Patrimônio líquido	32
Desempenho do ano		
19.	Receita operacional líquida	34
20.	Serviços de terceiros	34
21.	Despesas financeiras líquidas	35
Tributos sobre o lucro		
22.	Imposto de renda e contribuição social	35
Outras informações		
23.	Transações com partes relacionadas	35
24.	Gestão de riscos financeiros	36
25.	Coronavirus (COVID-19)	38
26.	Cobertura de seguros	39

1 Contexto operacional

A Jauru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 001/2007 (“Contrato”), para o período de 30 anos, tem como objetivo: (i) instalações de transmissão em 230 KV, com origem na Subestação Samuel e término na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ariquemes e término na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ji-Paraná e término em Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Pimenta Bueno e término na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia e término em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (ii) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, 230 KV na Subestação Ariquemes por reatores de linha, 230 KV na Subestação Pimenta Bueno por reatores de linha, 230 KV na Subestação Vilhena por reatores de linha e 230 KV na Subestação Jauru por reatores de linha bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013.

A partir de julho de 2024 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15° ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória n° 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2021-2022 em R\$ 75.731 (R\$ 70.084 para o ciclo 2020-2021), um incremento de 8,06% decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 11), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

6.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (que varia entre 5% e 30%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem (que varia entre 20% e 25%) sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 10% e 15%) definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos

A Provisões para perdas esperadas de créditos (“PEC”), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira.

6.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

6.8 Reserva para incentivo fiscal

As subvenções fiscais visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se fosse devido, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à conta de reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2021	2020
Caixa e bancos		179	148
Operações compromissadas	(a)	-	1.000
		179	1.148

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o resgate total das operações compromissadas para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2021	2020
Fundo de investimento		-	35
CDB	(a)	25.898	11.686
		25.898	11.721

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia.

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100% (98% em 2020) do DI com vencimento entre julho de 2022 e janeiro de 2023.

ii. Não circulante

		2021	2020
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	6.353	7.525
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	6.201	5.499
		12.554	13.024

Aplicações referente às garantias do contrato de financiamento e das debêntures e estão em conformidade com as cláusulas do contrato e da escritura, respectivamente

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.
- (b) Para fins garantia da operação da 1ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos em uma conta denominada "conta reserva debêntures" e "conta de pagamento debêntures", valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos recursos está aplicado no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2021 foi de 5% (2,03% no exercício findo em 2020).

10 Concessionárias e permissionárias

	2021	2020
A vencer	7.255	6.942
Até 3 meses	8	95
De 3 a 12 meses	25	390
Acima de 12 meses	1.225	804
Provisão para perdas esperadas de crédito	(1.030)	(1.030)
	7.483	7.201

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	624.855	640.313
Remuneração do ativo de contrato	61.977	63.748
Recebimentos	(82.582)	(79.206)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	604.250	624.855

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	86.124	82.582
Não circulante	518.126	542.273
	604.250	624.855

12 Impostos e contribuições a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda	2.275	2.607
Contribuição social	604	146
Outros	339	312
	3.218	3.065

13 Financiamento

	2021	2020
Saldo inicial	94.299	113.023
Juros	6.000	7.402
Amortização - principal	(18.596)	(18.656)
Amortização - juros	(6.030)	(7.470)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	75.673	94.299

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	18.835	18.866
Não circulante	56.838	75.433
	75.673	94.299

A Companhia possui contratos de financiamento com o BNDES e ambos foram destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental.

O contrato firmado em 23 de dezembro de 2009 possui o valor total do financiamento em R\$ 107.000 dividido em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 86.285 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,32% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de abril de 2024.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 17.715 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 3.000 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de novembro de 2015.

O contrato firmado em 26 de dezembro de 2012 possui o valor total do financiamento em R\$ 152.800 dividido em 3 (três) subcréditos:

- iv. Subcrédito D no valor de R\$ 138.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.

- v. Subcrédito E no valor de R\$ 13.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de dezembro de 2022.
- vi. Subcrédito F no valor de R\$ 1.300 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	17.197
Em 2024	12.871
Em 2025	10.709
A partir de 2026	16.061
	56.838

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3 e o ICP igual ou superior a 30%.

Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2021
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	1,67
(A) Geração de caixa da atividade	56.602
(B) Serviço da dívida	33.995
(A) Geração de caixa da atividade	56.602
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	12.869
(+) LAJIDA (EBITDA)	44.582
(-) Pagamento de imposto de renda	(43)
(-) Pagamento de contribuição social	(806)
(B) Serviço da dívida	33.995
(+) Amortização de principal	21.985
(+) Pagamento de juros	12.010
EBITIDA	44.582
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	13.547
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	20.723
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da CPC 47	2.104
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(45.340)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(14.440)
(+) Montante recebido pela empresa a título de RAP	59.781
(+) Parcela de PIS e COFINS deduzida da RAP + demais deduções da receita	8.207

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	63%
(B) Patrimônio líquido	304.515
(C) Total do ativo	481.085

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

14 Debêntures

Saldo inicial	72.482	71.095
Juros	13.687	8.556
Amortização - principal	(3.389)	(1.545)
Amortização - juros	(5.980)	(5.624)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	76.800	72.482

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	6.343	3.385
Não circulante	70.457	69.097
	76.800	72.482

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de junho de 2013 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 39.000. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 8% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento será no dia 15 de dezembro de 2030.

Em 24 de outubro de 2013, a Companhia celebrou instrumento particular de Escritura da 2ª emissão pública de debêntures no valor total de até R\$ 39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	11.882
Em 2024	16.638
Em 2025	1.864
A partir de 2026	40.073
	70.457

A escritura das debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária e não pecuniária; (b) A constituição, sem a autorização prévia dos debenturistas titulares de, no mínimo 85% do total das debentures em circulação, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios; (c) Decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento com o BNDES; (d) A extinção, encampação, rescisão, anulação ou caducidade da concessão outorgada pela União Federal sob o contrato de concessão; (e) Pedido de: (i) falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido no prazo legal e (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia; e (f) Apurar o ICSD anualmente e durante todo o período de amortização da escritura. O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3. O Cálculo do ICSD segue a mesma metodologia utilizada no cálculo do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

15 PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS	9.595	9.971
COFINS	44.197	45.926
	53.792	55.896

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	7.546	7.236
Não circulante	46.246	48.660
	53.792	55.896

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Imposto de renda	55.573	53.370
Contribuição social	20.006	19.213
	75.579	72.583

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	75.579	72.583
	75.579	72.583

17 Provisões e passivos contingentes

(a) Provisões

A Companhia possui ações judiciais, em sua maioria compostas por indenizações por dano moral, acidente de trabalho, horas extras, remuneração, periculosidade e ações fiscais, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual a Companhia manteve provisão no montante de R\$199 no exercício (R\$ 574 em 2020). O saldo está sendo reconhecido na rubrica de outros passivos.

(b) Passivos contingentes

i. Desconto de parcela variável

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 305 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

ii. Servidão administrativa

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 126 e R\$ 293, respectivamente e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor total em risco possível é de 431 e R\$ 598, respectivamente.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 266.880 dividido em 266.880.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil)
	2021 e 2020	
Celeo Redes Brasil S.A.	33%	88.960
Celeo Redes Expansões S.A.	67%	177.920
	100%	266.880

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 513 e R\$ 704, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 6.702 e R\$ 8.990, respectivamente.

iii. Reserva de incentivos fiscais

Contituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Nos dias 18 de setembro de 2017 e 6 de dezembro de 2018 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constitutivo nº 041/2017 (contemplando 595km da linha de transmissão) e nº 129/2018 (contemplando 354km da linha de transmissão), totalizando 100% do empreendimento, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2017 até 2026 e 2018 até 2027, respectivamente. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; e (iv) aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 804 e R\$ 1.387, respectivamente.

iv. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 2.234 e R\$ 2.997, respectivamente.

Em 2021 foram pagos R\$ 5.046 de dividendos constituídos em períodos anteriores.

Abaixo está demonstrada a movimentação dos dividendos.

	2021	2020
Saldo inicial	5.046	2.634
Pagamento de dividendos em 24 de abril de 2020	-	(878)
Aprovação de dividendos da reserva de lucros em 10 de dezembro de 2020	-	9.657
Pagamento de dividendos em 23 de dezembro de 2020	-	(9.364)
Pagamento de dividendos em 2021	(5.046)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	2.234	2.997
	2.234	5.046

19 Receita operacional líquida

	2021	2020
Remuneração do ativo	45.340	47.169
Receita de operação e manutenção	14.440	13.848
Parcela variável	-	(11)
Receita bruta	59.780	61.006
Pis e Cofins correntes	(7.256)	(6.814)
Pis e Cofins diferidos	2.104	1.589
Encargos setoriais	(3.053)	(2.876)
Deduções da receita	(8.205)	(8.101)
	51.575	52.905

20 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		2021	2020
Reparo e manutenção das instalações	(i)	(3.177)	(2.304)
Indenização	(ii)	-	1.694
Serviço de operação e manutenção	(iii)	(1.758)	(1.759)
Manutenção da faixa de servidão		(748)	(124)
Consultorias técnicas		(486)	(978)
Compartilhamento de instalação		(420)	(367)
Diversos		(605)	(44)
		(7.194)	(3.882)

- i. Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.
- ii. Refere-se ao sinistro ocorrido no Reator da Subestação, a Companhia acionou o seguro e foi indenizada em 2020.
- iii. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.

(b) Despesas operacionais

		2021	2020
Prestação de serviços administrativos	(i)	(850)	(850)
Consultorias		(431)	(242)
Diversos		(120)	(207)
		(1.401)	(1.299)

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

21 Despesas financeiras líquidas

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	1.397	579
Outras receitas	148	4
Receitas financeiras	1.545	583
Juros do financiamento	(6.000)	(7.402)
Juros das debêntures	(13.687)	(8.556)
Outras despesas	(2.581)	(2.044)
Despesas financeiras	(22.268)	(18.002)
	(20.723)	(17.419)

22 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	13.547	20.014
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(4.606)	(6.805)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	804	1.387
Provisões para perdas esperadas de créditos	-	350
Outras (adições) exclusões	508	(867)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(3.294)	(5.936)
Alíquota efetiva	24%	30%

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2021	2020	2021	2020
Celeo	(i)	130	130	(2.608)	(2.608)
		130	130	(2.608)	(2.608)

- i. Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 14 de dezembro de 2018 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R\$ 1.680 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 01 de março de 2013 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R\$ 600 sendo atualizado pelo IPCA, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

(b) Dividendos

Em 2021 foram pagos R\$ 5.046 mil de dividendos, sendo R\$ 3.364 mil para a Celeo Redes Expansões S.A e R\$ 1.682 mil para a Celeo Redes do Brasil, constituídos em períodos anteriores.

24 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(4.903)	(3.677)	(2.451)
Financiamento	Aumento da TJLP	4.026	3.019	2.013
Debêntures	Aumento do IPCA	4.401	3.300	2.200

* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,75% e 5,73%) foi considerada da "Mediana - TOP 5" médio prazo para o ano de 2022. A TJLP foi obtida através do site do BNDES (www.bndes.gov.br), sendo 5,32% para o cenário provável.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

25 Coronavírus (COVID-19)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID- 19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo.

(b) Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 96.278 mil para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8